

CONJUNTURA

Economia - Brasil
Exportação, ainda o motor da economia

Falta de dinamismo interno e de investimentos ameaça crescimento sustentável

SANDRA NASCIMENTO
SÃO PAULO

O setor externo deverá manter em 2005 o título de o mais dinâmico da economia brasileira. Os produtos originados do agronegócio, estrelas no ano passado, cedem lugar aos semimanufaturados e aos manufaturados, que passam a carros-chefe da pauta de exportações. No primeiro semestre do ano, ante igual período de 2004, os semimanufaturados cresceram 31,3% e os manufaturados, 30,4%, aumentando a participação destes últimos para cerca de 55% da pauta nacional de vendas externas. O vigor das exportações e de setores da economia brasileira, a carência de novas fontes de dinamismo do mercado interno — este ano beneficiado pelo crescimento do crédito consignado — são alguns dos destaques da Edição 2005 do Balanço Anual, que passa a circular hoje.

Entre os produtos básicos, com uma expansão total das exportações de 8,4% no primeiro semestre do ano, o destaque é o minério de ferro, com alta de 47,7%. A queda nos embarques do complexo soja — redução de 20,2% para os grãos e de 22% para o farelo — e do milho, que caíram 70%, foi compensada pelo aumento de receita nas exportações de carnes — suína, alta de 81,6% e bovina, 33% — e do café em grãos, 70% maiores.

“O saldo líquido das exportações continua o principal fator de impulso da economia”, diz o economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Belluzzo, numa referência a mais um recorde histórico a ser quebrado na balança comercial: mantida as expectativas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o superávit de 2005 será de US\$ 42 bilhões, resultado de vendas de US\$ 114,5 bilhões e compras de US\$ 72,4 bilhões.

Em 2004, as vendas externas somaram US\$ 96 bilhões, as compras US\$ 62,8 bilhões e o saldo, recorde até então, foi de US\$ 33,7 bilhões. No acumulado do ano, até a primeira semana de agosto, as vendas totalizavam US\$ 67,1 bilhões, valor 23,3% superior ao mesmo período de 2004. As compras, US\$ 41,5 bilhões, um crescimento de 18,5%, e o superávit, até aquele momento, US\$ 25,6 bilhões.

O principal motivo de as exportações reagirem de forma surpreendente até para os mais otimistas, em razão do câmbio desfavorável, é a forte demanda internacional, puxada pelos Estados Unidos e, sobretudo, pela China, que elevou tanto o volume do comércio mundial quanto o preço. Cálculos da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) mostram que, de agosto de 2003 a maio de 2005, a valorização do real chegou a 18,3%, em termos nominais.

No mesmo período, o índice de preço das exportações de manufaturados registrou alta de 17,4%. Na prática, a perda ficou em torno de 2%. “O front externo está robusto e deve continuar assim”, diz o consultor financeiro Amir Khair, dono da consultoria que leva o seu nome. Para Belluzzo, “a situação atual pode durar mais um ano”. Ou seja: também em 2006, a expansão da economia brasileira deverá continuar dependendo, e muito, do desempenho do comércio exterior.

O primeiro semestre de 2005 foi uma sequência de quebra de recordes no comércio exterior. Somente no mês de junho, o superávit ficou em US\$ 4,031 bilhões, resultado de exportações

de US\$ 10,2 bilhões e importações de US\$ 6,176 bilhões. Em termos mensais, o saldo e as exportações, individualmente, registraram as maiores cifras da história, mesmo com a valorização do real.

Foi a primeira vez que as exportações alcançam o patamar de US\$ 10 bilhões mensais e o saldo, de US\$ 4 bilhões. Nos primeiros seis meses do ano as exportações somaram US\$ 53,7 bilhões e as importações, US\$ 34 bilhões. Sobre o mesmo período de 2004, as exportações cresceram 23,9% e as importações, 20,2%. As importações no mês somaram US\$ 6,2 bilhões, valor também recorde para um mês de junho.

MERCADO INTERNO

O mercado interno está ainda longe do ritmo puxado pelo setor externo, o que preocupa os analistas econômicos. Até mesmo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, já declarou considerar o superávit da balança comercial “demasiado”, diante do baixo desempe-



L.F.Furlan

nhos das importações. “Um superávit elevado significa que a demanda doméstica está aquém do que deveria”, diz o economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Fernando Ribeiro.

Já para o professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e diretor do Departamento de Economia do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Antônio Corrêa de Lacerda, o atual nível de superávit — em torno de US\$ 40 bilhões, confirmadas as principais projeções —, é o ideal para o País. O

que precisa crescer, diz, é a corrente de comércio. “É preciso exportar mais e importar mais, preservando o saldo. Precisamos de um saldo robusto que nos permita agregar reservas, importar mais e crescer mais.”

O Brasil está perdendo uma grande oportunidade de iniciar um ciclo de crescimento sustentável. Mercado externo favorável, fundamentos econômicos firmes — a despeito das turbulências políticas, pelo menos até meados de agosto —, emprego com taxas positivas, inflação convergindo para a meta oficial de 5,1%, relação dívida/PIB aparentemente sob controle.

Mas a falta de dinamismo interno vem provocando sucessivas revisões, para baixo, do Produto Interno Bruto (PIB) de 2005, o que turva as expectativas para o médio prazo. Para este ano as estimativas de crescimento variam entre 2,5% e 4%; o mercado financeiro aposta em uma expansão de 3%, segundo relatório divulgado pelo Banco Central em julho. Para 2006 as projeções estão em torno de 3,5%.

OS MAIORES JUROS DO MUNDO

Dentre os fatores que inibem o crescimento do País, as elevadas taxas de juros, como era de se esperar, aparecem entre os principais. Com a Selic, a taxa básica da economia, acomodada em 19,75% ao ano, em julho, a taxa real (descontada a inflação) chegou a 14%, cristalizando a posição do Brasil no ranking dos maiores juros reais do mundo. Levantamento da consultoria GRC Visão mostra que o segundo colocado, a Hungria, tem uma taxa real de 5,1%. Apenas para citar dois países emergentes — e concorrentes do Brasil na disputa pelo mercado mundial —, no México os juros estão em 3,9% ao ano e na China, 2,5% anuais.

“Isso é uma distorção gro-

tesca que atropela o crescimento da economia”, reage Khair. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, o juro a esse nível “coloca o Brasil numa situação de risco desnecessária”.

A política cambial também contribui para uma economia doméstica menos dinâmica. Mais do que a valorização do real, a instabilidade da moeda norte-americana é alvo de maior preocupação de analistas e representantes do setor produtivo. “Não existe país tão insensato que deixa o câmbio flutuar tanto como o Brasil”, diz o ex-ministro e atual deputado federal Delfim Netto (PMDB-SP).

Os reflexos dessa política, avaliam, devem aparecer

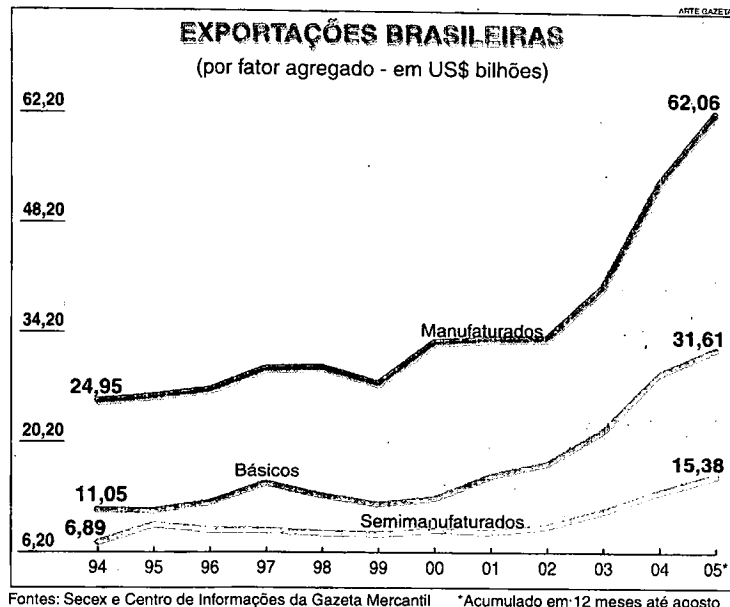


L.G. Belluzzo

no médio e longo prazos, impactando negativamente os investimentos produtivos. “O investidor se preocupa com o risco de tomar uma decisão num momento em que a moeda está forte e obter retorno após uma desvalorização”, diz Fernando Ribeiro, da Funcex.

ESTÍMULO DO CONSIGNADO

Se investimentos e dívida pública são atingidos em cheio pela Selic, o consumo consegue driblar as altas taxas, até mesmo por iniciativa do próprio governo, que colocou à disposição da pessoa física linhas de crédito mais favoráveis e estas, por sua vez, garantiram ao segmento de bens de consumo duráveis o posto de segundo melhor desempenho da economia brasileira, atrás apenas do setor exportador. “O crédito consignado ativa o comércio, a indústria, o emprego e, como consequência, a massa de ren-



dimentos, que retorna à empresa e cria um círculo vicioso.”

No entanto, para Belluzzo, o papel dessa modalidade é limitado. “O crédito consignado já bateu no limite, é preciso aumentar a renda de fato”, diz. O economista João Luiz Mascolo, professor de Macroeconomia do Ibmec São Paulo, vai na mesma direção. “O crédito consignado é antecipação de renda, não dá para crescer em cima disso, não é renda nova.”

O economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) destaca também a forte contribuição do crédito concedido pelas lojas de varejo com a ampliação do número de parcelas. “No caso da indústria, houve um crescimento concentrado nos bens duráveis, puxados, sobretudo por automóveis e celulares, mas também com significativa participação de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis.”

O crescimento do setor de bens duráveis passou de 11,9% no primeiro trimestre de 2005 para 21% no segundo trimestre, sempre em relação a igual período de 2004. Esse segmento vem se mantendo na liderança em todas as bases de comparação, com crescimento muito superior ao da média da indústria global: 8,1% em junho sobre maio, descontados os efeitos sazonais, 23,5% em relação a ju-

nho de 2004 e 16,7% no primeiro semestre na comparação com igual período do ano anterior, segundo dados do IBGE.

O desempenho da indústria, no entanto, segue desigual. Os bens de capitais mostraram reação nos últimos dois meses do primeiro semestre o que, na avaliação dos analistas, pode ser um sinal de reativação dos investimentos, mas será preciso um tempo maior para que se confirme como tendência. A produção de bens não-duráveis está subindo, mas devagar e ainda irregular. Os bens intermediários andam de lado.

NOVAS FONTES DE DINAMISMO

A maior preocupação com o futuro revelada pelos analistas diz respeito ao fato de a economia brasileira estar hoje muito dependente dos bons resultados de um mercado externo muito favorável, situação que pode mudar pelas mais diversas razões. “As fontes de dinamismo da economia vão se esgotando e não há sinais de substituição, como os investimentos”, diz Belluzzo. “A sustentabilidade se caracteriza por uma tomada de investimentos, o que não está acontecendo; no primeiro trimestre de 2005 os investimentos foram muito fracos, como mostra o resultado do PIB”, acrescenta Mascolo. Nos primeiros três meses deste ano a economia brasileira expandiu 0,3% em relação ao último trimestre de 2004, um resultado abaixo de todas as expectativas.

Já o segundo trimestre veio melhor, com o IBGE apontando um crescimento de 1,4%, o que levou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a rever suas projeções de 2,8% para 3,5%. Resultado no entanto que pode ainda sofrer alterações por conta dos reflexos da crise política na economia. Ainda segundo o Ipea, o crescimento no terceiro trimestre deverá ser de 0,8% ante o período anterior. Há expectativa de reação nos últimos três meses do ano, com uma expansão prevista de 1%.

Para este ano, o professor do Ibmec prevê investimentos entre 18% e 19% do PIB, patamar que deverá permanecer em 2006. Para o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), a expectativa de Mascolo é que deverão entrar no País algo entre US\$ 12 e 13 bilhões e que, em no próximo ano, essas cifras sejam mantidas.

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Marcelo Allan, trabalha com os mesmos números, “já considerando a crise política”.

No primeiro semestre deste ano deram entrada no Brasil um total de US\$ 8,57 bilhões, o que elevou um pouco o ânimo do mercado: a expectativa dos analistas financeiros para o IDE passou para US\$ 15,5 bilhões, segundo o relatório do Banco Central (BC).

A crise política poderá, no entanto, afetar decisões de investimentos. “Até 2006 o governo não deverá fazer nenhuma bobagem (na economia)”, diz Mascolo. O problema, continua ele, é que, não há também nenhuma estratégia para o médio prazo, o que reforçaria a blindagem da economia para atravessar o período da campanha presidencial que, avalia, deverá ser muito dura.